

# TRABALHO ASSALARIADO NA ZONA CANAVIEIRA DA PARAÍBA: TENDÊNCIAS ATUAIS

## EMPLOYMENT IN THE SUGAR CANE ZONE OF PARAÍBA: CURRENT TRENDS

Emília Moreira<sup>(\*)</sup>  
Éricson Nóbrega Torres<sup>(\*\*)</sup>  
Noemi Paes Freire<sup>(\*\*\*)</sup>  
Ivan Targino Moreira<sup>(\*\*\*\*)</sup>

### RESUMO

Esse artigo discute a relação entre espaço agrário e trabalho assalariado na Zona da Mata paraibana. Estuda sua evolução histórica na região. Com base nos dados dos censos agropecuários, analisa a dinâmica do trabalho assalariado entre 1985 e 1995. Trata também da composição do emprego e da sua distribuição espacial de acordo com o tamanho dos estabelecimentos. A partir de informações primárias, focaliza as atuais condições de vida e trabalho dos assalariados da cana-de-açúcar. Objetiva também entender a complementariedade entre campesinato e assalariamento, bem como a atuação do movimento sindical frente aos desafios impostos pela organização do trabalho na lavoura da cana-de-açúcar. Por fim, aborda as perspectivas dos trabalhadores e dos seus sindicatos com relação à recente retomada da atividade sucro-alcooleira, causada pelo aumento do preço do açúcar e pelo programa do etanol.

**Palavras-chave:** espaço agrário; trabalho assalariado; campesinato; sindicalismo rural; atividade canavieira.

### ABSTRACT

This paper discusses the relationship between agrarian space and agricultural employment in the sugar cane zone of Paraíba. The article examines the historical development of this relationship in the region. Based on the data of agricultural censuses, examines the dynamics of employment between 1985 and 1995. The text also examines the composition of the employment and its spatial distribution in accordance with the size of the establishments. Based on primary informations, focuses on the current conditions of life and work of employees in the sugar cane cultivation. The paper also objectives understand the complementarity between peasantry and employment, and the role of the union movement forward to the challenges imposed by the organization of work in the sugar cane system. Finally, discusses the prospects of the employees and their unions with regard to the recent resumption of sugar and ethanol industry, caused by the increase in the price of sugar and the ethanol program.

**Key words:** agrarian space; employment; peasantry; rural unionism; sugar cane system.

---

(\*) Pós-Doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, professora do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, e-mail: erodat@hotmail.com

(\*\*) Mestrando em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, geógrafo, e-mail: ent6587@yahoo.com.br

(\*\*\*) Graduando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, e-mail: noemipaes@bol.com.br

(\*\*\*\*) Doutor em Economia pela Université Paris 1, professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, e-mail: ivantargino@bol.com.br

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é um dos produtos da pesquisa “Espaço Agrário Paraibano: transformações na organização da produção e do trabalho”, desenvolvida com o apoio do CNPq. Ele parte da discussão sobre espaço e espaço agrário para resgatar a evolução da organização do espaço agrário da Mesorregião da Mata Paraibana. Com base nos dados dos censos agropecuários de 1985 e 1995-96, analisa a dinâmica do trabalho assalariado rural na região, sua composição por categoria, sexo e idade, sua distribuição por município, tipo de produtor e tamanho dos estabelecimentos. Com base na pesquisa de campo focaliza as atuais condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar, busca entender a complementariedade existente entre campesinato e assalariamento bem como a atuação atual do movimento sindical frente aos desafios impostos pelo sistema de trabalho na cana. Com base em pesquisas e experiências de cooperação realizadas por um dos autores junto ao movimento sindical da região nos anos 80 e 90 do século XX, compara sua atuação atual com a vivenciada naqueles períodos. Resgata ainda as perspectivas dos canavieiros e de seus representantes sindicais com relação à recente retomada da atividade canavieira no rastro do aumento do preço do açúcar e das perspectivas de produção do etanol, bem como a percepção dos canavieiros de áreas de assentamento sobre a importância da atividade para a reprodução desse tipo de campesinato.

Discutiu-se, de modo sucinto, a concepção de espaço com base em *Santos* e *Moreira* e a noção de espaço agrário e o processo de formação do espaço agrário brasileiro com base em *Moreira*. Utilizaram-se os dados dos censos agropecuários de 1985 e 1995/1996 relativos à Zona da Mata Paraibana fornecidos pelo IBGE. A análise dos dados foi complementada com a pesquisa de campo realizada em três momentos: o primeiro consistiu na participação numa assembléia dos canavieiros realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Santa Rita-PB, onde também foi possível realizar conversas informais com os trabalhadores e escutar suas preocupações/reivindicações; o segundo, também no STR de Santa Rita, consistiu na realização de entrevista com o presidente do sindicato e numa conversa informal com o secretário; o terceiro momento coincidiu com o das visitas a um dos assentamentos rurais da região onde vivem cerca de 50 trabalhadores assalariados da cana, para a realização de entrevistas.

### 1. DA CONCEPÇÃO DE ESPAÇO E DE ESPAÇO AGRÁRIO À FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

De acordo com *Santos*, o espaço geográfico não pode ser considerado como uma forma de percepção e nem mesmo como um reflexo da sociedade, pois, desta forma, seria pensado como sendo uma coisa de dentro do homem, e diversas seriam as formas de entendê-lo, já que os indivíduos têm percepções diferenciadas. Ele acredita, assim como *Durkheim*, em um espaço de fora do indivíduo, que tem autonomia e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade.

Segundo a aceção durkheimiana, o espaço é, pois, uma coisa; ele existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Assim o

espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é a sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. Se, como para qualquer outro objeto social, ele pode ser apreendido sob múltiplas pseudoconcreções, isto de nenhuma forma o esvazia em sua realidade objetiva (SANTOS, 1996, p. 128).

Para *Santos*, natureza em sua concepção é objeto de permanente transformação pela atividade humana, e por isso ela pode ser considerada como uma realidade social, e não exclusivamente natural. Desta forma, a natureza socializada não deve ser considerada como natureza natural, visto que as marcas do trabalho humano já se encontram inseridas em sua paisagem, e sim como espaço geográfico.

Assim como a natureza é modificada pelo trabalho, a sociedade também se modifica seja pela evolução intelectual que se apreende a cada dia, seja pela liberação de suas forças físicas durante os processos de produção e o espaço geográfico é desta forma o trabalho materializado tanto no homem, como em si próprio.

Para *Ruy Moreira*, são as relações de classes que orientam a dialética do espaço do lugar e para ele é exatamente esse o porquê da fusão sociedade-espaço em uma mesma totalidade social. Para o mencionado autor, o espaço se organiza de acordo com a estrutura de classes e estampa em sua morfologia e organização o seu caráter de classe. Na concepção de *Ruy Moreira*, as classes sociais surgem na natureza das relações de produção, e para ele as relações de produção são fator determinante da sociedade e do espaço. Portanto, para que possamos compreender de que forma o espaço agrário se organiza é de fundamental importância sabermos quais as classes sociais presentes em cada modo de produção e quais as transformações que ocorreram nas relações estabelecidas entre as classes ao longo da construção deste espaço. É com base nesses pressupostos que ele analisa o processo de formação do espaço agrário brasileiro.

*Moreira* coloca que as relações sociais escravistas constituem a base da formação econômico-social brasileira até o último quartel do século XIX. O espaço agrícola era dominante e a sua organização tinha fins declaradamente mercantis. O espaço era organizado de forma fragmentada segundo as relações de classes. Era dividido em monocultura de cana e policultura de subsistência. O espaço da monocultura canavieira dividia-se em grandes propriedades de lavradores de partido e de senhores de engenho, que geralmente ocupavam as áreas mais privilegiadas e férteis, à beira rio e próximo ao litoral, o que facilitava, entre outras coisas, o escoamento da produção, uso das águas, recebimento de cana e lenha. Ao redor dos engenhos localizavam-se os canaviais do proprietário do engenho e os dos trabalhadores de partido mais além. Restava à policultura de subsistência independente ocupar as periferias, em forma de pontos dispersos ao redor dos canaviais.

A policultura produzida pelos escravos nos domingos e feriados localizava-se em lugares afastados do engenho. Essa produção tinha como base a mandioca e era na maioria

das vezes insuficiente para garantir a reprodução da força-de-trabalho escrava. Muitas vezes a produção policultora escravista era complementada pela produção de lavradores agregados, geralmente mestiços, que dividiam a sua produção com o grande proprietário.

Para *Moreira*, o final do século XIX marca o fim da formação econômico-social escravista-mercantil acompanhando, no plano mundial, a consolidação do modo de produção capitalista que segue em sua fase imperialista.

O autor ressalta que as mudanças nas relações de produção partem da quebra da autarquia da grande lavoura e da transformação do escravo em um “quase campesinato”.

Os senhores interessavam-se em manter o monopólio da terra, mas, ao mesmo tempo, desejavam a elevação da produtividade do espaço rural. Para que isso ocorresse eles precisariam dar acesso à terra à população recém-liberta, porém isto não implicava em ela ter a propriedade real da terra. Como afirma *Moreira* “o campesinato ganha a posse da terra e não sua propriedade real” (1980: p. 41). Além disso, desta forma, os grandes proprietários retêm o máximo de reserva de força-de-trabalho no âmbito do domínio da “grande lavoura”, além de deixar sob a responsabilidade dos camponeses a sua própria reprodução.

É assim que surgem, no lugar dos escravos, múltiplas formas de campesinato: posseiros, parceiros, moradores de condição, arrendatários, intermediários e colonos. Surgem também os primeiros proletários rurais.

A partir destas mudanças nas relações de produção a principal transformação espacial identificada ocorreu na agricultura de subsistência, como afirma *Ruy Moreira*:

“A lavoura de subsistência dominial, em sua dupla forma, a do lavrador agregado e a do escravo, adquire a feição dominante da parceria, embora mantenha-se voltada sobretudo para a reprodução da força de trabalho dominial. A lavoura de subsistência independente mantém sua natureza predominantemente familiar, praticando-a desde proprietários minifundiários a posseiros, estes multiplicando-se sobretudo nas fronteiras de expansão agrícola.” (1980, p. 45)

Para *Ruy Moreira* os termos do novo processo de acumulação resumem-se basicamente: “a) na transformação do trabalhador rural em vendedor de sua força de trabalho, único meio de produção cuja propriedade o capital lhe permite; b) na transformação dos meios de produção em capital; e, c) na transformação da terra em mercadoria” (1980, p. 45).

Segundo o autor, nas porções do espaço agrário onde a penetração das relações capitalistas de produção completa-se, ocorre a eliminação das lavouras de subsistência e dos sistemas de parceria. Para ele, dentro do capitalismo não há espaço para formas de campesinato, pois este modo de produção é responsável pela expropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção obrigando-os a ter que vender sua força-de-trabalho para adquirir os meios de subsistência necessários à sua reprodução, tornando-se clientes do mercado urbano, aonde irão comprá-los.

Essa percepção de *Ruy Moreira* enquadra-se numa leitura unilinear das proposições de *Marx*, no quadro da discussão sobre o lugar do campesinato no processo de desenvolvi-

mento capitalista na agricultura. Segundo esta leitura o campesinato tenderia a desaparecer como uma etapa do chamado processo de acumulação primitiva. Embora essa visão tenha sido abraçada por *Lênin*, particularmente no Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, quando defende a tese da desagregação do campesinato, ele posteriormente abre uma primeira e importante revisão desta concepção quando apresenta as duas vias possíveis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a via prussiana e a via americana (TEPICHT, 1973).

*Kautsky*, no seu livro “A questão agrária”, embora desenvolva a concepção de *Marx* sobre a agricultura parcelária, também introduz alguns elementos que contribuem para a discussão sobre a permanência da produção familiar: a constituição de cooperativas e a ação do Estado, por meio de políticas que favoreçam os pequenos produtores.

Com a publicação dos Grundrisses (MARX, 1977), o debate ganha novos contornos. A extinção da pequena produção já não aparece como uma tendência inexorável do desenvolvimento capitalista na agricultura, pois o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não capitalistas, contanto que favoreçam o processo de acumulação. Como contraponto a essa posição, são importantes as contribuições de *Chayanov* ao precisar que a pequena produção tem condições de se manter mesmo em uma economia de mercado, uma vez que ela está organizada com base na lógica da reprodução da unidade camponesa que é, ao mesmo tempo, unidade de consumo e de produção.

É com base nesses pressupostos que este trabalho foi realizado. O resgate do processo histórico de formação do espaço agrário da Zona da Mata paraibana reproduz em grande escala a lógica do processo analisado por *Ruy Moreira* no estudo da formação do espaço agrário brasileiro e confirma a assertiva apresentada por *Milton Santos* de que o espaço é um produto social em constante movimento, portanto não é um produto terminado, nem fixado. O trabalho de campo por sua vez reforça a compreensão de que nem sempre o capital se desenvolve destruindo o campesinato. Esses aspectos serão melhor abordados a seguir.

## **2. O ESPAÇO AGRÁRIO DA ZONA DA MATA PARAIBANA**

Foi na Mesorregião da Mata paraibana que teve início a conquista do atual território estadual. A apropriação das terras pelo colonizador esteve desde o princípio atrelada à atividade canavieira. Como afirmam *Moreira e Targino* (1997: p. 32):

“O predomínio da cana na paisagem da Zona da Mata paraibana é uma constante, do início da colonização aos dias atuais. Porém, a forma como se organizou o espaço nem sempre foi a mesma. Ela sofreu modificações significativas, dependendo ora de condicionantes externos, ora das mudanças nas relações técnicas e sociais de produção.”

De fato, as modificações nas relações técnicas e sociais de produção observadas desde o início da colonização que culminaram com a substituição da escravidão pelo sistema de morada refletiram-se na organização do espaço regional engendrando novas paisagens e novas dinâmicas. No final do século XIX e início do século XX, o surgimento da usina de açúcar foi responsável por mudanças significativas nas relações de trabalho tradicionais

principalmente por promover o avanço do trabalho assalariado. Isto sem falar na intensificação da concentração fundiária por ela promovida, uma vez que uma única usina apropriava-se, regra geral, das terras de vários engenhos.

O surgimento da usina não embutiu o surgimento de uma nova classe dominante. Ela constituiu apenas um reflexo da modernização dos meios de produção, uma vez que é a classe dominante inicial que permanece no poder, se reafirma e se fortalece. Esse fortalecimento se dá por meio do que *Emilia Moreira* denomina de “concentração de poder”: o senhor de engenho “beneficiado” com os incentivos do Estado para a implantação da usina transforma-se numa nova figura “a do usineiro” que acaba por concentrar o poder não só ao anexar terras de engenhos como por transformar os senhores-de-engenho em meros fornecedores de cana para a usina destituindo-os da força política que antes eles aglutinavam<sup>(1)</sup>.

O surgimento da usina de açúcar representou: a) a intensificação da concentração da propriedade da terra e da produção, e conseqüentemente do poder político, econômico e social nas mãos de poucos; b) mudanças significativas nas relações de trabalho — com a instalação das usinas de açúcar, a cana se expande e invade as terras dos moradores, ocasionando a sua expulsão e por rebatimento a retração dessa forma tradicional de trabalho; c) a expansão do trabalho assalariado e do emprego sazonal. Uma vez expulsos, os moradores vão para as cidades e são em parte convertidos em trabalhadores assalariados nos próprios canaviais.

Segundo *Lygia Sigaud*,

“(...) os trabalhadores ao abandonarem os Engenhos vão se instalar nas periferias das cidades, em locais de difícil acesso, sujeitos a inundações e desabamentos constantes. Privados agora das terras dos Engenhos, vão ter que vender sua força de trabalho todo dia no mercado” (SIGAUD, 1979, p.87).

Esse processo vai se intensificar a partir da segunda metade dos anos 70 do século XX, com a modernização do parque agroindustrial canavieiro e a expansão conseqüente da cana via Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL). Observa-se a partir da implantação desse Programa:

“o aumento da área cultivada e da quantidade produzida com cana (em 1970, a região produziu 936.276 toneladas de cana contra 4.576.485 toneladas em 1985, o que representou um aumento de 388,8% no período; a área colhida, de 19.698 hectares em 1970, passou para 92.760 hectares em 1985, o que equivale a crescimento da ordem de 370,9%) (MOREIRA *et al*, 2003); a intensificação da mecanização e da quimificação da atividade (ampliação nunca vista do uso de fertilizantes químicos, pesticidas, fungicidas, etc.) com sérios reflexos sobre a organização da produção e do trabalho. Verifica-se também a modernização do parque industrial através da implantação de 4 destilarias anexas às antigas usinas e de 7 destilarias autônomas” (MOREIRA, TORRES e MARQUES, 2005, p. 13).

---

(1) Ao discutir o conceito de território e buscar construir o conceito de Território de Esperança, *Moreira* (2007), faz menção a essa disputa pelo controle do território dentro dos próprios grupos oligárquicos regionais.

O PROALCOOL, ao promover a modernização da atividade sucro-alcooleira na Paraíba, dentro da perspectiva de uma modernização agrícola conservadora, propiciou a reconcentração da propriedade da terra e promoveu uma expulsão maciça dos trabalhadores moradores que haviam sobrevivido ao sistema usina. A partir de então, cresce significativamente a mão-de-obra assalariada no campo da Mesorregião da Mata paraibana. A revolução-verde, apoiada em mudanças tecnológicas no processo produtivo, substituiu grande número de trabalhadores, sobretudo na limpa da cana, no combate a pragas e doenças e no preparo do solo por máquinas e outros equipamentos. Assim ao se subordinar ao modelo capitalista de produção, à montante e à jusante do processo produtivo, o setor canavieiro vai cada vez mais necessitar de um trabalhador “livre”, isto é desligado da terra e que tenha de seu, unicamente, a força-de-trabalho para vender no mercado.

Se do ponto de vista do capital esse processo representa a “libertação da terra” e sua metamorfose em capital, do ponto de vista do trabalhador ele significa o “cativo da terra”, isto é, a impossibilidade do acesso a ela a não ser enquanto força-de-trabalho assalariada (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 264).

Entre 1970 e 1980, o número de trabalhadores assalariados temporários na região canavieira da Paraíba aumentou em 18,5% (MOREIRA e TARGINO, 1997). Destaque maior teve a microrregião do Litoral Sul no aumento do número de trabalhadores assalariados justamente aquela onde foi mais forte a ação do PROALCOOL (MOREIRA e TARGINO, 1997). Esse crescimento do trabalho assalariado foi acompanhado pela precarização das condições de trabalho e de vida dos canavieiros.

O crescimento do trabalho assalariado representou, na verdade, um processo de terceirização das contratações de trabalhadores na agricultura. Vários estudos têm mostrado como, sobretudo na região açucareira, os trabalhadores temporários começaram a ser agenciados por “gatos” ou empreiteiros que contratam os serviços a serem realizados com os proprietários (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 266).

Isso sem falar do empobrecimento dos trabalhadores que passaram a viver nas periferias das cidades com trabalho garantido apenas na época de safra da cana. Em suma, fica claro que a evolução das relações de trabalho na Zona da Mata paraibana, assim como em todo o Estado, sempre esteve ligada à forma como se organiza o espaço agrário, passando da mão-de-obra escrava para o sistema de morador e deste para o trabalho assalariado. Ou seja, a cada movimento vivenciado pela forma de produção dominante, observam-se mudanças profundas na organização do espaço com reflexos nas relações de trabalho.

### **3. O TRABALHO ASSALARIADO NA MESORREGIÃO DA MATA PARAIBANA EM 1995 E SUA DINÂMICA NO PERÍODO DE 1985/95-96**

Analisando as informações obtidas por meio do censo agropecuário verificou-se que na Zona da Mata paraibana existiam, em 1995, 56.155 pessoas ocupadas na agropecuária. Deste total, 13.265 (ou 23,6%) eram empregados assalariados. Os empregados assalariados permanentes totalizavam 8.703 pessoas o que correspondia a 66% do total dos assalariados. Os empregados assalariados temporários totalizavam 4.562 pessoas o que equivalia

a 34% do total dos assalariados. Os assalariados permanentes representavam 15% do pessoal ocupado na região e os assalariados temporários 8%.

No que tange as atividades econômicas, a que mais se destacou pelo emprego de trabalho assalariado em 1995, foi a agricultura, que absorveu 85% do total dos empregados assalariados da região. A pecuária absorveu apenas 10%, a agropecuária 2% e as atividades de horticultura e exploração florestal/silvicultura absorveram 2% e 1% respectivamente.

A maior parte dos trabalhadores assalariados era empregada nos estabelecimentos administrados pelos proprietários (86% do total). Os estabelecimentos administrados por arrendatários e ocupantes empregavam respectivamente 9% e 5% dos trabalhadores assalariados, e os estabelecimentos administrados por parceiros não chegavam a empregar nem 1% dos trabalhadores assalariados.

Chama-se a atenção para a distribuição do pessoal ocupado segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Neste aspecto, constata-se, que os estabelecimentos com menos de 50 hectares ocupavam o maior número de pessoas em 1995, isto é, eram os pequenos estabelecimentos que absorviam o maior número da mão-de-obra agrícola na região. Por outro lado, observa-se que a partir de 50 hectares, à medida que cresce o tamanho dos estabelecimentos, decresce o número de pessoas neles ocupadas.

No que diz respeito à distribuição dos empregados assalariados segundo o tamanho dos estabelecimentos, verificou-se que os estabelecimentos com mais de 500 hectares, além de empregar pouca gente, são os que empregam mais a mão-de-obra assalariada. Enquanto os pequenos estabelecimentos, além de empregar mais gente, empregam mais a mão-de-obra familiar. Ao contrário do que ocorre em relação ao total do pessoal ocupado, verifica-se que à proporção que aumenta o tamanho dos estabelecimentos, aumenta o número de empregados assalariados.

No que se refere ao trabalho infantil existiam, em 1995, 6.442 crianças ocupadas em atividades agropecuárias na Zona da Mata paraibana, o que representava 11% do total do pessoal ocupado no agro regional. Desse total, 1,5% trabalhavam como assalariadas. Os empregados permanentes infantis totalizavam 94 crianças, o que corresponde a 98% do total de crianças assalariadas no agro da Zona da Mata paraibana em 1995; e os empregados temporários infantis totalizavam apenas 2% do total dos assalariados com menos de 14 anos. A atividade econômica que mais utilizou o trabalho assalariado infantil em 1995, foi a agricultura, com 67% do total do trabalho assalariado infantil. Verificou-se que a maior concentração dessa forma de trabalho ocorria nos estabelecimentos dos proprietários (que empregavam 97% do total de crianças assalariadas na agricultura da região). Seguem em importância os estabelecimentos dos ocupantes empregando 2% e por último o dos arrendatários empregando apenas 1%.

Em 1995, 15.157 mulheres trabalhavam na agricultura na Zona da Mata, o que representava 27% do total do pessoal ocupado. Do total de mulheres ocupadas 828 (ou 5%) eram empregadas assalariadas sendo 479 assalariadas permanentes o que corresponde a 58% do total de mulheres assalariadas no agro da região, e 349 assalariadas temporárias (42% do total das mulheres assalariadas). No que tange as atividades econômicas, a que

mais se destacou pelo emprego do trabalho assalariado feminino em 1995, foi a agricultura, que absorveu 83% do total do trabalho assalariado feminino. Segue em importância a pecuária, que absorveu 14% do total do trabalho assalariado feminino e por último a agropecuária (trabalho misto na agricultura e pecuária) e a horticultura, empregando 2% e 1% respectivamente do total das mulheres assalariadas. A distribuição do trabalho assalariado feminino segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas é demonstrativa de que são os grandes estabelecimentos os que mais empregam essa mão-de-obra. De fato, em 1995, os estabelecimentos com mais de 500 hectares empregaram 45% do total das trabalhadoras assalariadas da Zona da Mata. Em segundo lugar, destacam-se os estabelecimentos de 200 a menos de 500 hectares, com 26%. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares empregaram 18,7% das mulheres assalariadas, os que estão na faixa de 50 a menos de 100 hectares empregaram 3,9% e por último os que estão entre 100 a menos de 200 hectares, empregaram 7,3% do total.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à distribuição do trabalho assalariado feminino por tipo de estabelecimento, segundo o produtor. Verificou-se que a maior concentração do trabalho assalariado feminino ocorria nos estabelecimentos dos proprietários que empregaram, em 1995, um total de 96% do total das mulheres assalariadas na Zona da Mata. Seguem em importância os estabelecimentos dos ocupantes e dos arrendatários ambos empregando apenas 2% da mão-de-obra feminina assalariada.

Na década de 1985-1995 observou-se uma redução no número de trabalhadores assalariados na atividade primária desenvolvida na Zona da Mata paraibana. De 29.371 assalariados existentes em 1985, passa-se para 13.265 em 1995, o que representa uma redução de -54,8%. Constatou-se uma grande redução no número de empregados temporários, que passou de 20.258 para 4.562, enquanto os empregados permanentes tiveram uma redução de 4,5%. Observa-se uma redução no número de crianças trabalhando como assalariadas nas atividades agropecuárias (que passaram de 562 para 96 entre 1985 e 1995) e das mulheres (redução da ordem de 74,4%).

Essa importante redução do emprego de trabalho assalariado pode ser explicada em grande parte pela crise enfrentada pela principal atividade agrícola empregadora de mão-de-obra assalariada na região, a atividade canavieira<sup>(2)</sup>. Tal crise exprime-se por meio da retração da área plantada com cana, da redução da produção de açúcar e álcool, da falência de usinas tradicionais e da redução dos períodos de safra de nove para quatro meses, com reflexos importantes sobre o emprego.

#### **4. CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS DA CANA, SUA DINÂMICA ATUAL E PERSPECTIVAS COM RELAÇÃO À RETOMADA DA ATIVIDADE CANAVIEIRA**

Tendo em vista que ainda não foram publicados os resultados do censo agropecuário de 1996-97, após a análise dos dados fez-se necessária a pesquisa direta como forma de

---

(2) Sobre a crise da atividade canavieira na Zona da Mata paraibana e seus efeitos sobre o emprego rural, leia-se: *Moreira et al.* 2001.

levantar informações atuais sobre a realidade estudada. Para tanto se levou adiante várias atividades que incluíram desde a presença em assembléias de canavieiros realizadas no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de um dos municípios da Zona da Mata visitado, o de Santa Rita, à realização de entrevistas com representantes do movimento sindical e com canavieiros recrutados para o corte da cana na safra de 2007.

O primeiro contato com os trabalhadores foi realizado durante uma assembléia no STR de Santa Rita onde discutiu-se a contratação para a atual safra. A assembléia foi presidida pelo presidente do sindicato que explicou as normas atuais da contratação. Em seguida chegaram à assembléia um fiscal e um agrônomo de uma das usinas do município, a Usina São João, para também realizarem seus discursos de preparação para a contratação explicando as regras atuais. A partir das intervenções realizadas pelos representantes dos trabalhadores e da classe patronal já foi possível identificar alguns aspectos relativos às condições de trabalho na cana para a safra de 2007:

- a) em princípio ficou acertado que todos os trabalhadores teriam suas carteiras assinadas durante o período da safra, o que significa que deverão ter um contrato de seis meses;
- b) os trabalhadores deverão trabalhar em um regime chamado de “5 por 1”, em que se trabalha cinco dias seguidos e se folga 1, de modo que o dia de folga varia a cada 5 dias;
- c) todos os trabalhadores estavam sendo levados a se sindicalizarem. De acordo com o presidente do STR, essa é uma exigência do Ministério do Trabalho. Todos os trabalhadores que compareceram à assembléia tiveram que regularizar sua documentação ou se associar ao sindicato se fossem para o trabalho na cana pela primeira vez;
- d) foi colocado que os trabalhadores deverão receber dos empregadores os equipamentos de segurança necessários;
- e) os trabalhadores são arrematados pelos arrematadores ou recrutadores mas o contrato e o pagamento são feitos diretamente na empresa;
- f) os recrutadores receberão um percentual de 8% relativo ao salário do número de pessoas por ele recrutado;
- g) o trabalhador receberá um valor fixo por produção. Para receber um salário mínimo (R\$ 380,00) ele terá que cortar 2,5 toneladas de cana por dia. Na Usina São João, porém, a meta diária estabelecida pelos empregadores é de 8 toneladas ao dia o que faz com que os trabalhadores em geral recebam mais que um salário mínimo. Ficou claro que não interessa às usinas trabalhadores que cortem menos cana do que a meta estipulada independente de o limite assegurado ser de 2,5 toneladas;
- h) as usinas não estão mais contratando mulheres nem crianças para o corte da cana;
- i) os trabalhadores serão transportados para o campo em ônibus que vão buscá-los e deixá-los em pontos determinados;
- j) se o percurso no ônibus durar mais de uma hora o trabalhador tem direito de receber esta hora extra de trabalho;

- k) os trabalhadores recebem uma garrafa térmica de 5 ou 9 litros, para armazenar água; o valor da garrafa é descontado do seu salário;
- l) o pagamento é feito quinzenalmente de acordo com a produção e o trabalhador recebe um contracheque especificando o valor produzido a cada dia;
- m) o valor do preço da cana varia de acordo com o grau de dificuldade no corte, a depender do tipo de cana e do terreno;
- n) a cada dia, pela manhã, um fiscal informa aos trabalhadores o valor da cana que eles estão cortando;
- o) o dia de trabalho começa geralmente às 6:30h e vai até 16:00h com uma pausa para o almoço;
- p) é grande o número de trabalhadores que cortarão cana pela primeira vez na safra deste ano; estão previstos, só no município de Santa Rita, 2.500 trabalhadores;
- q) grande parte dos trabalhadores que serão contratados são assentados em Projetos de assentamento dos municípios da região; muitos deles eram canavieiros antes do assentamento e continuaram depois;
- r) o discurso sindical e patronal converge quanto à produtividade do trabalho esperada do trabalhador. Em ambos os casos defende-se a alta produtividade como algo de interesse tanto do trabalhador por lhe garantir um maior salário, quanto da empresa.

Num segundo momento entrevistou-se o presidente do STR de Santa Rita, Edilson Ribeiro Nunes, 40 anos, filho de um antigo presidente do mesmo sindicato e que já se encontra em seu terceiro mandato consecutivo. Segundo ele, houve muitas mudanças nas condições de trabalho dos assalariados da cana do município e, em relação aos outros Estados produtores de cana, é na Paraíba onde são melhores as condições de trabalho, principalmente no que tange à quantidade de cana cortada para atingir um salário, que segundo ele é de 2,5 toneladas na Paraíba, de 4 toneladas em Alagoas e de 3,5 toneladas em Pernambuco.

Segundo o entrevistado, atualmente no município de Santa Rita funcionam as Usinas Miriri, Agroval, Japungu e São João. A usina que mais emprega trabalhadores é a Japungu que planta cana em 7 municípios e faz inclusive plantio de verão utilizando irrigação. Para ele a produção de cana teve um significativo aumento a partir do ano 2000.

Em relação às principais conquistas dos trabalhadores dos anos 90 para 2007, ele citou: a) o fim do trabalho dos empreiteiros. Responsáveis pelo recrutamento e pagamento dos trabalhadores eles favoreciam a clandestinidade e a redução dos salários apropriando-se de parte dos mesmos. Hoje em dia existe o que ele chama de “arregimentadores” que apenas recrutam os trabalhadores e para isso recebem uma comissão sobre o salário do trabalhador, mas toda a contratação e o pagamento é feito diretamente pela empresa; b) a extinção dos tradicionais e precários alojamentos no interior das propriedades, devido tanto à intensidade das denúncias efetuadas como pela intensa fiscalização do Sindicato e do Ministério do Trabalho. Segundo o Sr. Edilson, no caso da Usina Japungu, que ainda mantém os alojamentos, houve consideráveis mudanças nas suas condições infra-estrutu-

rais quando comparadas às dos antigos galpões identificados por *Moreira et al.* em 1997<sup>(3)</sup>; c) a substituição dos gaiolões pelo ônibus para o transporte dos trabalhadores; d) a substituição do regime de trabalho tradicional de 42 horas entre segunda e sábado pela manhã pelo regime de 5 por 1.

Foi relatado que em 1984, houve a primeira Convenção Coletiva dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira do Estado do Paraíba que serviu para regulamentar as normas gerais de contratação e pagamento dos trabalhadores. Atualmente está vigente o exercício 2005/2006 da Convenção. De acordo com o dirigente sindical entrevistado, hoje em dia os trabalhadores têm mais informações sobre os contratos, formas de pagamento, preço da cana, etc. e o sindicato vai a campo duas vezes por semana para fiscalizar as condições de trabalho. Ele afirmou ainda que após o período de safra a Usina Japungu mantém em média 500 trabalhadores com contratos permanentes e a Usina São João em média 300.

Em relação à quantidade de cana que o trabalhador tem que cortar ele relatou que a exigência das usinas varia de 6 a 8 toneladas por dia. Acrescentou que as usinas possuem médicos e que os trabalhadores fazem exames médicos antes de iniciar o período de safra e fazem alongamentos diários antes de iniciar o trabalho. Acrescentou que os acidentes com os trabalhadores diminuíram bastante porque os empregadores estão exigindo o uso dos equipamentos de segurança e se o trabalhador não estiver com os equipamentos ele não trabalha. Os equipamentos de segurança são: óculos, boné com abas laterais, avental, caneleira, botas e luvas.

O contrato dos trabalhadores é temporário, e dura, em geral, apenas seis meses. Por ser um contrato pré-estabelecido os trabalhadores não têm direito ao seguro-desemprego, porém, segundo o sr. Edilson, algumas usinas, como a Japungu, fornecem a guia do seguro aos seus empregados.

Indagado sobre os trabalhadores sem carteira assinada o presidente do STR de Santa Rita afirmou que nas usinas não existem mais trabalhadores “clandestinos”, que pode até haver nas propriedades de alguns fornecedores da usina, mais se o sindicato ficar sabendo os proprietários serão penalizados. Ele acrescenta que existem em média 15 fornecedores de cana para as usinas e que a usina Una, situada no município de Sapé, compra cana do presidente do STR do citado município onde é assentado, produtor de cana com base no trabalho assalariado, além de atravessador, na medida em que compra cana dos outros assentados para negociar com a usina.

O período de safra, segundo ele, é geralmente de agosto a janeiro e na entressafra muitos dos trabalhadores trabalham fazendo bicos na construção civil e na produção de abacaxi “que vem crescendo muito de uns anos pra cá”. Segundo ainda o entrevistado, existem trabalhadores aplicando herbicidas nas plantações, mas apenas “trabalhadores qualificados” com cursos realizados na usina ou no SENAI com faixa etária entre 20 e 35 anos, além disso eles trabalham apenas nos horários em que o sol está mais frio e a empresa fornece todos os equipamentos de segurança, um banho após o trabalho e meio litro de leite por dia. A meta de produção diária na aplicação de herbicidas é de 2 a 2,5 bombas ao dia, variando de acordo com o terreno.

---

(3) Esta informação deverá ser comprovada no decorrer do trabalho de campo.

Ele acrescenta que não existem mais mulheres e crianças trabalhando no corte da cana, porém algumas mulheres ainda participam da produção, apenas no plantio, adubagem e limpa. As mulheres saíram do corte entre os anos de 1993 e 1994, e os usineiros deixaram de contratá-las por elas possuírem uma força física menor que a masculina.

Segundo o presidente do STR, atualmente diversas máquinas são usadas na produção: colheitadeiras, enchedeiras, entre outras, sendo que o trabalhador corta a cana e as máquinas recolhem a cana cortada. Ele refere-se à melhoria no transporte dos trabalhadores, os antigos “paus de araras” foram substituídos por ônibus desde 1999.

Para ele hoje é mais fácil conversar com os funcionários das empresas. Foi possível observar que realmente ocorreram mudanças nessas relações a ponto do presidente declarar na assembléia que “o sindicato é hoje um parceiro das empresas e vice-versa” (declaração do Presidente do STR de Santa Rita em Assembléia dos canavieiros realizada em 5 de julho de 2007).

Num outro momento da pesquisa iniciamos os contatos com canavieiros-assentados. Escolhemos para o primeiro trabalho o assentamento Massangana III situado no município de Cruz do Espírito Santo, onde cerca de 50 assentados trabalham como assalariados nos períodos de safra da cana. Essa foi uma das coisas que chamou a atenção, o trabalho assalariado como complemento do trabalho camponês e o fato de muitas vezes os assentados se reconhecerem como canavieiros e não como assentados.

Segundo depoimento de alguns assentados, vários motivos os levam a vender sua força-de-trabalho no corte da cana, sendo que três deles podem ser considerados como principais no caso do assentamento Massangana III: a) os lotes localizam-se nos topos dos tabuleiros costeiros, nas chamadas “chãs”, caracterizadas pela dominância de um solo arenoso e pobre em nutrientes; b) em muitos casos os filhos dos assentados não se interessam pela agricultura preferindo assalariar-se; c) a produção do lote não é suficiente para o sustento da família durante todo o ano. Alguns resumem sua produção a um ou dois produtos, a exemplo da mandioca e do caju que comercializam na entressafra da cana para garantir a sobrevivência da família nesse período.

Os trabalhadores admitem que realmente muitas coisas melhoraram nas condições de trabalho na cana e citam com principais mudanças a carteira assinada, o transporte, e as informações sobre o preço da cana cortada no dia. O salário também mudou. Segundo um dos entrevistados antigamente ele recebia um salário e hoje em dia consegue fazer um salário e meio e muitas vezes dois salários. Uma característica importante constatada é que grande parte dos trabalhadores entrevistados já foram moradores das usinas e já possuem mais de 45 anos. Há também um número significativo de jovens filhos dos assentados que não têm interesse nem pelo estudo nem pelo “trabalho na roça” que consideram sem futuro e preferem trabalhar no corte da cana. Eles contam que o ônibus os pega pela manhã entre 5:30h e 6:00h e que eles costumam tomar café no campo. Regra geral ainda utilizam a “quarenta”<sup>(4)</sup>, pois é mais prático e simples de preparar. Têm uma pausa para o almoço que geralmente não chega a uma hora. Segundo o que eles nos contaram conseguimos perceber algumas contradições em relação ao que nos relatou Sr. Edilson, presidente

---

(4) Papa feita de farinha de milho, água e sal.

do STR de Santa Rita como por exemplo: a) a questão da fiscalização sindical, que segundo os trabalhadores raramente acontece; b) a relação dos representantes sindicais é maior com a empresa do que com os trabalhadores; c) os alongamentos citados pelo Sr. Edílson, também segundo os canavieiros entrevistados, não acontecem e não há fiscalização para trabalhadores que estejam sem os equipamentos de segurança. Além disso, um dos trabalhadores entrevistados, que já passou mal durante a aplicação de herbicidas, desconhece que existam trabalhadores qualificados, e também o direito ao banho e ao meio litro de leite.

Percebemos também a insatisfação dos trabalhadores em relação ao sistema de 5 por 1. De acordo com um dos entrevistados, eles trabalham incluindo os domingos que no sistema antigo era pago como equivalente a dois dias de trabalho. Com o sistema atual de 5 por 1 se a folga cai num outro dia da semana e se trabalha aos domingos não há pagamento em dobro pelo dia o que significa prejuízo. Embora esse depoimento tenha sido dado quando das visitas no assentamento, no momento da realização da assembléia em que todos estavam presentes inclusive os entrevistados de Massangana III, nenhum trabalhador questionou o sistema. Inclusive o presidente do STR o defendeu explicando que:

“Hoje é comum os trabalhadores trabalharem nos domingos. Se vê isso nas lojas e nos supermercados. O que importa é a garantia de emprego e o sistema 5 por 1 foi uma conquista dos trabalhadores” (discurso do Sr. Edílson, Presidente do STR em Assembléia realizada em julho de 2007).

Muitos dos trabalhadores com idade superior a 45 anos se queixam do trabalho pesado. Para um dos entrevistados “o pior trabalho que existe é o trabalho no eito” (depoimento do Sr. Pedro Severino da Silva, assentado de Massangana III e cortador de cana). Apesar disto, quando questionados sobre a perspectiva de retomada da expansão da atividade canavieira para a produção do etanol, tanto o presidente do Sindicato como os canavieiros entrevistados foram unânimes em considerar como positivo. Para eles a expansão da cana representa a garantia de emprego por um período mais longo do ano e de um salário para complementar a renda oriunda da produção de alimentos realizada nos seus lotes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo apresenta os resultados preliminares de um dos aspectos da pesquisa da qual ele é parte. Os dados levantados estão aqui apenas enunciados. Todavia, com base nos mesmos já é possível realizar algumas ponderações. Em primeiro lugar, constata-se que a crise do Proalcool afetou a dinâmica do emprego na Zona da Mata paraibana tendo contribuído para a redução do emprego assalariado na década de 85-95. Este fato se reflete na composição do emprego por sexo e idade sendo que no caso do trabalho assalariado infantil sua redução acha-se fortemente atrelada a outros fatores tais como a política de erradicação do trabalho infantil e a maior vigilância dos organismos governamentais e dos sindicatos. Do ano 2000 até o presente a cana tem encontrado espaço para expandir-se seja motivada pelo aumento do preço do açúcar no mercado internacional, seja pelo estímulo governamental à produção do álcool e, mais recentemente, visualizando uma maior valorização

zação com a implantação da produção do etanol. No bojo desse processo três fatos chamam a atenção: a) o arrefecimento da criação de assentamentos rurais na região a partir do ano 2000 com a retomada da lavoura canavieira; b) a participação de grande número de trabalhadores assentados no grupo dos assalariados da cana na região e de alguns como produtores-fornecedores de cana para as usinas; c) o amortecimento da ação sindical e sua articulação com a classe patronal adotando inclusive o mesmo discurso dessa classe. Diante dessas constatações algumas questões merecem reflexão: a) estariam os assentamentos rurais criados na Zona da Mata contribuindo para a mudança na origem do pessoal contratado pelas usinas, antes preocupada em buscar trabalhadores fora e hoje recrutando-os na própria região? b) teriam se transformado os assentamentos em redutos de reserva de mão-de-obra para as usinas? c) seriam os assentados uma mão-de-obra que satisfaz os interesses patronais uma vez que já com o acesso à terra garantido, tornam-se mais flexíveis às imposições e mudanças dos sistemas de trabalho, sendo portanto mais dóceis e menos exigentes quanto aos seus direitos? d) seria a cana um mal necessário para o pequeno produtor da região canavieira? e) seriam os assentamentos tais quais se encontram e dentro da forma atual de sua estruturação um projeto fracassado? Estas e outras questões levam a algumas constatações: na Zona da Mata, as mudanças levadas a efeito no espaço agrário são demonstrativas de que esse espaço, como bem diz Santos, não é algo findo ou acabado; elas também confirmam as predições de que o desenvolvimento capitalista na agricultura não implica necessariamente na extinção da pequena produção, pois o capital pode criar e recriar relações sociais de produção não capitalistas, contanto que favoreçam o processo de acumulação e; por último, que o espaço agrário da Zona da Mata paraibana atualmente reflete a complementariedade de dois pólos aparentemente antagônicos: a agricultura camponesa e o agronegócio como que reproduzindo uma lógica secular da organização espacial da região.

## BIBLIOGRAFIA

IBGE. *Censos agropecuários da Paraíba*, 1985 e 1995-96.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política* (Grundrisse) 1857-58. México: Siglo Veintiuno, 1977.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes *et al.* Agricultura e desenvolvimento tecnológico na zona da mata paraibana. *Revista Caderno do Logeça*, série pesquisa, ano 2, n. 2, 2004.

\_\_\_\_\_. A visão dos atores sociais sobre a crise do emprego rural na Zona Canavieira da Paraíba. *Revista da ABET*, v. I, n. 1/2, 2001.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; TARGINO, Ivan. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1997.

MOREIRA, Ruy. Espaço agrário e as classes sociais rurais. In: *Revista de Cultura Vozes*, ano 74, v. LXXIV, n. 2, mar. 1980.

\_\_\_\_\_. Teses para uma geografia do trabalho. In: *Revista Prudentina de Geografia*, v. II, n. 22, ano 2002.

- \_\_\_\_\_. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa na região semi-árida da Paraíba. In: *Revista do Nera*, n. 10, jan./jul. 2007 (no prelo).
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.